

Resumo 6: Como explicar a emergência da agricultura familiar no Brasil?

Douglas T. Macedo, Ingrid van de Riet, Lucas Maniero Rodrigues

Para o entendimento da emergência da agricultura familiar enquanto categoria de política pública, há de se considerar todo o contexto histórico do país desde a década de 50. Primeiramente, as leis trabalhistas alinhavadas durante o período varguista constituíram uma forte regulação do movimento operário e camponês pelo Estado, graças a sinalização de garantia de direitos sobretudo para os trabalhadores urbanos.

Foi somente no início dos anos 1960 que forças populares rurais organizadas alcançam significativa relevância no cenário político brasileiro. O principal marco deste período é a fundação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a principal entidade do sindicalismo dos trabalhadores rurais brasileiros. Nesse processo de fundação da CONTAG, a disputa pela hegemonia no movimento sindical ocorria entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica, além de agências de fomento à sindicalização dos trabalhadores rurais do governo João Goulart.

Com o golpe militar de 1964, a ação política da CONTAG foi asfixiada. Muitos sindicatos de trabalhadores rurais se tornaram eminentemente assistencialistas. Dessa forma, essa ação ambígua da CONTAG em relação aos trabalhadores (pouco voltada à mobilização política para conquista de direitos) provocava muitas críticas pautadas na oposição às práticas sindicais vigentes (ritmo lento, uso apenas de mecanismos institucionais e ausência de mobilização da base) e reivindicando um sindicalismo menos assistencial e mais combativo.

No fim da década de 70, em contexto de crescimento da contestação ao regime militar, um novo modelo de sindicalismo ganha terreno, propondo a ruptura com as práticas estabelecidas no passado. A formação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, está na origem desse movimento, que representará a multiplicação das formas de representação dos trabalhadores rurais. A criação do Departamento dos trabalhadores rurais da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, é um marco deste novo sindicalismo.

No início dos anos 1980, a revitalização do debate sobre a reforma agrária e a ascensão de atores conhecidos como “sem terra”, organizados pelo trabalho molecular da corrente da Igreja inspirada na teologia da libertação e pelas oposições sindicais, levam à constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984).

Anteriormente, os sem terras realizaram ocupações no estado do Rio Grande do Sul como meio para chamar a atenção da opinião pública em favor de sua causa, pressionando o Estado. Estas ocupações se expandem para Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, tornando-se a principal forma de luta pela reforma agrária (associada a própria identidade do movimento). Na questão de princípios organizativos, o MST arregimenta famílias inteiras, não existindo um processo de filiação, somente de participação, que pode incluir pessoas sem origem rural.

O MST foi progressivamente se tornando o porta-voz da reforma agrária no país, conseguindo abrir espaços importantes de negociações com o poder público. Sua atuação foi ampla, desde a esfera produtiva (fundação de cooperativas e associações) até políticas, formando lideranças e divulgando o movimento graças às suas ações

mediáticas, procurando legitimidade junto à opinião pública. O êxito do movimento é representado por exemplo pelos 287 mil assentados entre 1985 e 1998. A constituição destes assentamentos gera alterações na política local, dinamização da economia local, com aumento do consumo e da produção alimentar. Assim, a instalação de assentamentos tende a gerar argumentos em favor da reforma agrária na escala local. Entretanto, a organização do MST não cresceu sem tensões e divergências internas, havendo fraturas e o surgimento de novas organizações de luta por terra (MLT, MCC, MT, MLST, etc.). De todo modo, o sucesso desta estratégia de pressão também foi reconhecido pela CONTAG, que a implementou em escala bem menor. Seu foco tornou-se cada vez mais a categoria dos “agricultores familiares”.

De fato, na década de 80, esses “pequenos produtores” reordenaram seu lugar político no sindicalismo rural, conquistando maior destaque nas ações da CONTAG. Com efeito, a modernização da agricultura não se mostrou favorável à melhoria das condições de vida destas famílias de agricultores. Neste quadro, a CONTAG reorienta suas estratégias no sentido de defender o objetivo de um “novo modelo de desenvolvimento rural fundado na agricultura familiar”. A propósito, neste processo houve a mudança de identificação dos pequenos produtores para a agricultura familiar. De tal maneira, desenvolve-se um novo perfil de demanda a partir do debate em torno da importância econômica e social da agricultura familiar. Assim, esta mudança foi favorável para incluir temas como gênero, saúde, educação e geração na agenda sindical dos trabalhadores rurais. Para tornar visíveis essas novas demandas, foram realizadas diversas mobilizações, sendo a mais emblemática o “Grito da Terra”, que pode ser lido como um grito de guerra, no sentido de uma postura mais ofensiva do sindicalismo dos trabalhadores rurais. Estas ações levaram notadamente à implementação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), o principal dispositivo de apoio à categoria no Brasil.

Retornando à questão da reforma agrária, houve um aumento de ocupações nos anos 90, com aumento da violência no campo. O massacre de Eldorado de Carajás foi a gota d’água que explica a criação de um ministério para tratar do problema, o Ministério Extraordinário de Políticas Fundiárias. Este último foi substituído pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, que, no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, provocou muitos conflitos com o MST, a partir de medidas para dificultar a desapropriação de latifúndios e de dispositivos para instituir uma “reforma agrária de mercado”. Trata-se especialmente do programa Banco da Terra, cujo slogan era “reforma agrária de mercado, sem confronto e violência”. A ideia era que uma associação comunitária formada com o propósito de receber terra, escolhesse uma propriedade, negociasse sua compra com um proprietário e, por fim, recebesse um financiamento para a aquisição do imóvel.